



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

420

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 292724-4

Embargante(s): MARINA QUITÉRIA DA SILVA

Embargado(s): ESPÓLIO DE SIZINO DOS PASSOS MOURA

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. PRETENSÃO DE REFORMA. REJEIÇÃO.

1. A análise do prequestionamento é de competência, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

2. Não prosperam os embargos de declaração que, embora sob alegação de contradição, guardam nítida pretensão de reforma do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do pedido de prequestionamento e, também por unanimidade de votos, em REJEITAR os Embargos de Declaração, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

Relator

421



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 292724-4

Embargante(s): MARINA QUITÉRIA DA SILVA

Embargado(s): ESPÓLIO DE SIZINO DOS PASSOS MOURA

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MARINA QUITÉRIA DA SILVA contra acórdão (fls. 378/382) que deu provimento a Apelação interposta por ESPÓLIO DE SIZINO DOS PASSOS MOURA, para reformar a sentença terminativa recorrida e, ingressando no mérito da causa (art. 515, §3º do CPC), julgar procedente ação em que o senhor SIZINO DOS PASSOS MOURA, quando ainda vivo, buscava a anulação de acordo de alimentos homologado por sentença.

A apelada/embargante alega que o acórdão seria contraditório quanto aos seguintes pontos: (i) legalidade da extinção do processo sem resolução de mérito, após a morte do autor, por impossibilidade de habilitação dos herdeiros; (ii) impossibilidade de, neste recurso, julgar-se o mérito da causa, diante da necessidade de se produzirem provas na instância de origem; (iii) análise da prova dos autos, que, ao contrário da tese adotada, não demonstrariam a incapacidade civil do de cujos, ofertante do acordo de alimentos objeto da ação anulatória.

Com base nesses argumentos, pleiteia sejam os Embargos de Declaração acolhidos com efeitos infringentes e para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife,

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator

422/



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 292724-4

Embargante(s): MARINA QUITÉRIA DA SILVA

Embargado(s): ESPÓLIO DE SIZINO DOS PASSOS MOURA

Relator: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

VOTO

O Desembargador José Fernandes de Lemos (Relator): Os presentes Embargos de Declaração não merecem ser acolhidos, porquanto, embora sob a alegação de que haveria contradição, a pretensão veiculada no recurso é de, unicamente, rediscutir os argumentos já enfrentados no acórdão embargado.

Quanto à extinção do processo sem resolução de mérito - promovida pelo Juiz *a quo* e reformada no julgamento ora impugnado -, o argumento da apelada/embargante foi rejeitado, pela constatação de que a morte do autor da ação não deveria implicar a extinção do processo, mas sim a habilitação dos herdeiros, na forma do art. 1055 do CPC.

Não há qualquer contradição nos fundamentos do acórdão, cujo trecho pertinente teve o seguinte teor:

Analisando cuidadosamente os autos, concluo que assiste razão ao espólio/apelante, quanto à possibilidade de habilitação após a morte do autor.

Com efeito, a demanda tem por objeto a desconstituição de obrigação alimentícia assumida pelo de cujos, consistente no desconto em folha de determinado percentual de sua remuneração.

Ocorre que, com a morte do alimentante, o encargo persistiu, onerando os herdeiros, nos termos dos artigos 1.700 ("Art. 1.700. A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor, na forma do art. 1.694") e 1.997 ("Art. 1.997. A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido;"), ambos do Código Civil.

Noticiada a morte do autor da ação, caberia ao Magistrado, não extinguir o processo sem resolução de mérito, mas sim observar

423



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

as normas previstas nos artigos 1.055 e seguintes do CPC, admitindo a habilitação dos herdeiros ou do espólio, providência essa expressamente requerida pela inventariante no caso dos autos.

Por tais razões, entendo que merece reforma a sentença, por haver indevidamente extinto o processo.

Igualmente sem razão, a apelada/embargante alega contradição quanto ao julgamento do mérito da causa, no próprio apelo, após a reforma da sentença terminativa.

Considerou-se possível o julgamento direto da causa, com base no art. 515, §3º, do CPC, diante da constatação de que as provas já acostadas aos autos possibilitariam uma apreciação segura dos fatos discutidos no processo.

Essa conclusão foi alcançada mediante análise pormenorizada das provas dos autos, a qual não cabe aqui reproduzir, mormente porque os argumentos formulados nos Embargos de Declaração objetivam demonstrar uma suposta contradição, não dos fundamentos do acórdão entre si, mas entre a tese adotada e as circunstâncias do caso, o que patenteia o objetivo de rediscutir a matéria julgada.

O mesmo acontece com a terceira alegação, qual seja, a de "contradição quanto às provas dos autos", pois a apelada/embargante, sem apontar em que consistiriam as contradições, esforça-se apenas em demonstrar que os elementos de convicção acostados aos autos não autorizariam o posicionamento adotado no acórdão embargado, isto é, o de que, ao tempo da oferta de alimentos, o autor, ofertante, já era incapaz para os atos da vida civil.

A intenção de reformar a decisão, embora legítima, não pode ser veiculada na via dos declaratórios, instrumento destinado, unicamente, a sanar eventual contradição, omissão ou obscuridade, vícios estes não encontrados no acórdão embargado.

Quanto ao pedido de prequestionamento, dele não conheço, tendo em vista que a competência para examiná-lo é, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda, dos

424.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

Tudo isto posto, NÃO CONHEÇO do pedido de prequestionamento e REJEITO os Embargos de Declaração.

É como voto.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e uma longa horizontal final.